

PÁG 2

Abraceel soma 109 associadas e Conselho de Administração aponta diretrizes para limites do PLD

PÁG 5

Em AGO, Alexandre Peixoto e Eduardo Rossi são eleitos respectivamente presidente e conselheiro da CCEE

PÁG 7

Abraceel na Mídia

PÁG 8

Curtas

PÁG 13

E o Congresso?

PÁG 15

Próxima Semana



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

Abraceel soma 109 associadas e Conselho de Administração aponta diretrizes para limites do PLD

Matéria em 1 minuto:

- Conselheiros também recomendam que a Abraceel busque estratégias e caminhos para que o setor de comercialização seja representado no ONS, Cpamp e CMSE;
- Abraceel organizará evento digital para debater contrato padrão para a atividade de comercialização varejista;
- Fruto de pesquisa sobre limites do PLD, Abraceel irá elaborar carta, a ser endereçada para a Aneel, com contribuições para o processo de elaboração da ARR.



Tempo de leitura:
2 minutos

O Conselho de Administração da Abraceel realizou reunião no dia 18.04, aberta à participação das empresas associadas, para deliberar assuntos importantes para as bandeiras da Associação, como a contribuição para o processo de Análise de Resultado Regulatório (ARR) dos limites do PLD e estrutura contratual para a atividade de comercialização varejista, entre outros assuntos.

O Presidente Executivo da Abraceel, Rodrigo Ferreira, iniciou o encontro com explicações a respeito da execução orçamentária, informando que a Associação tem insistido na eficiência dos gastos e tem registrado o ingresso de novas empresas. Com a adesão das empresas Pacífico e Comel, aprovadas pelo Conselho de Administração, a Abraceel passa a contar com 109 empresas associadas.

Participação dos comercializadores no ONS

Alexandre Lopes resgatou o histórico de discussão sobre a possível participação dos comercializadores na Assembleia e no Conselho de Administração do ONS. Em 2020, a Abraceel, após realizar pesquisa com as associadas sobre a continuidade de pleitear a participação dos comercializadores no Operador, optou por não continuar o pleito. Após debate, o Conselho de Administração da Abraceel referendou a decisão anterior e orientou a Diretora Executiva a atuar para propor, em abril de 2024, quando da renovação do colegiado do ONS, nomes que tenham alinhamento com o mercado para a vaga de representação da sociedade.

Outra orientação foi que a Diretoria Executiva busque caminhos para que os comercializadores sejam representados na Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico (Cpamp) e no Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), que atuam diretamente em pautas de interesse do setor.



Contrato padrão de comercialização varejista

Rodrigo Ferreira informou que, após interlocução com associadas, a Abraceel se reuniu com o advogado Urias Martiniano, que apresentou uma proposta de estrutura contratual e legal padronizada para a atividade de comercialização varejista, tema que vem sendo desenvolvido pelo escritório Martiniano Tomanik.

O Conselho de Administração da Abraceel aprovou a sugestão da Diretoria Executiva, que organizará um evento digital para que o escritório Martiniano Tomanik apresente e explique o tema para as associadas, oportunidade que poderá ser estendida para outros escritórios que possam demonstrar interesse.

Limites do PLD: pesquisa orientará contribuição da Abraceel

Rodrigo Ferreira apresentou o resultado da pesquisa realizada com as associadas com o intuito de colher contribuições e, assim, auxiliar na formulação de um posicionamento da Abraceel para a Aneel, apoiando o regulador tecnicamente no planejamento para a elaboração da ARR em andamento. A pesquisa obteve 65 respostas, o que representa cerca de 60% das associadas à época.

Com base nos resultados, referendados pelo Conselho, a Abraceel irá elaborar minuta de carta abordando o posicionamento da Associação a respeito do tema. A carta será enviada ao Grupo Técnico para contribuições. O resultado da pesquisa foi enviado por e-mail e está disponível na área restrita do [site](#) da Abraceel.

Postergação da vigência da classificação de comercializadores

Bernardo Sicsú explicou a motivação da decisão da Diretoria da Aneel, que prorrogou o início de vigência da nova classificação dos comercializadores em dois tipos. Na ocasião, a Abraceel acompanhou posicionamento da CCEE, que pleiteou o adiamento da Resolução 1.014/2022 da Aneel por completo por 12 meses, justificando tal manifestação em sustentação oral. A principal razão foi a ausência dos Procedimentos de Comercialização (PdCs) para orientar os comercializadores no cumprimento do que está determinado em resolução. A Aneel, então, decidiu adiar a vigência da classificação para 01.01.2024 e os PdCs tiveram seu despacho de aprovação publicado em 17.04, pendente ainda da publicação da íntegra dos textos PDCs.

Monitoramento de mercado: Abraceel enviou contribuição para Aneel

Alexandre Lopes informou que a Abraceel enviou contribuição para a segunda fase da Consulta Pública 11/2022 da Aneel, que trata do aprimoramento do processo de monitoramento do mercado. Destaque para posicionamento contrário ao envio da exposição das cinco maiores contrapartes, de forma individual, pois não está claro o tratamento que será dado a essas informações. A Abraceel também criticou o envio da informação total de contratos de compra e venda consolidados em reais, pois, para o cálculo do risco, a informação em MWmed é suficiente. A contribuição da Abraceel está disponível [aqui](#).



A Abraceel irá agendar reunião com o Diretor Hélivio Guerra, relator do processo, incluindo a SRM, para apresentar as suas contribuições.

Abertura do mercado: Abraceel prepara estudo sobre impactos sociais

Rodrigo Ferreira explicou aos conselheiros o foco de um novo estudo, em elaboração pela equipe interna da Associação, que mostrará o impacto social da abertura completa do mercado de energia elétrica, avaliando efeitos em diferentes classes sociais e faixas de renda, apontando inclusive que essa política pública é a base para uma transição energética mais justa. O estudo será apresentado publicamente em evento com parlamentares e autoridades, entre outros convidados, no dia 17.05, em Brasília.

Resultado da pesquisa de opinião sobre o Relatório Semanal

Os conselheiros, por fim, conheceram o resultado da pesquisa de opinião realizada com associados avaliando aspectos do Relatório Semanal, principal informativo da Abraceel, incluindo conclusões e propostas da Diretoria Executiva. Em geral, o Relatório Semanal foi muito bem avaliado em todos os aspectos questionados, como prazo de entrega, formato, aspecto visual, qualidade do conteúdo e tamanho das matérias, recebendo nota média ponderada 9,0. Considerando que o tema de maior interesse dos associados são as mudanças regulatórias, a Abraceel passará a publicar periodicamente um sumário regulatório no informativo. A íntegra dos resultados foi enviada por e-mail aos associados e está disponível na área restrita do [site](#) da Abraceel.

A apresentação realizada na reunião do Conselho de Administração está acessível no site. Clique [aqui](#).

Em AGO, Alexandre Peixoto e Eduardo Rossi são eleitos respectivamente presidente e conselheiro da CCEE

Matéria em 1 minuto:

- Candidatos indicados pelo MME nas vagas do governo e do conjunto dos agentes do mercado são aprovados pelos associados da CCEE no dia 19.04;
- Rose Santos retira candidatura para recondução ao Conselho da CCEE;
- AGO também aprovou demonstrações financeiras e contábeis do exercício 2022.



Tempo de leitura:
2 minutos

Em AGO realizada no dia 19.04, os associados da CCEE aprovaram de forma unânime o nome de Alexandre Peixoto, indicado pelo Ministério de Minas e Energia, para o cargo de presidente do Conselho de Administração da CCEE, na vaga de competência do governo federal, e de Eduardo Rossi, indicado pela ENBPar, para o cargo de conselheiro, na vaga do conjunto de agentes do mercado.

A conselheira Rose Santos, que contava com apoio de 20 entidades de classe, expresso, inclusive da Abraceel, em manifestação do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), retirou sua candidatura à reeleição na vaga do conjunto de agentes.



Alexandre Peixoto é o atual diretor de Relações Regulatórias e Institucionais da Cemig e tem vasta experiência no mercado energético, com passagens pela Aneel, MME e EPE, além de outras empresas do setor. É pós-graduado em Engenharia de Qualidade e Gestão pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e em Gestão e Planejamento Estratégico pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), além de especializações e MBA em áreas ligadas à geração e planejamento.





Eduardo Rossi é especialista em regulação da Aneel. Ao longo de mais de 10 anos, exerceu função de fiscalização na agência reguladora para áreas de transmissão, distribuição e geração de energia. É graduado em Engenharia Elétrica e Eletrônica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), tem mestrado em Regulação e Gestão de Negócios pela Universidade de Brasília (UNB) e MBA Executivo em Administração de Empresas de Energia pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Ambos estiveram presentes na missão internacional que a Abraceel realizou à Portugal no ano passado e agora se unem aos demais conselheiros com mandatos em andamento (Talita Porto, Marcelo Loureiro e Marco Delgado) no propósito da CCEE de “desenvolver mercados de energia eficientes, inovadores e sustentáveis em benefício da sociedade”.

Na AGO, os participantes também elegeram Talisa Rezzieri, da Engie, como integrante do Conselho Fiscal da CCEE, aprovaram as demonstrações financeiras e contábeis do exercício 2022 da Câmara e os relatórios de asseguarção dos auditores independentes dos processos de contabilização e liquidação das operações do ano passado.



ABRACEEL NA MÍDIA



PERSPECTIVAS PARA O SETOR ELÉTRICO: ABERTURA DO MERCADO E BENEFÍCIOS PARA CONSUMIDOR

| Podcast Genial Analisa

[Ouça o podcast clicando aqui.](#)



CONQUISTAR CONSUMIDORES LIVRES DE ENERGIA É UM DESAFIO, DIZ ABRACEEL

| Poder 360

[Veja a matéria completa clicando aqui.](#)



ESPECIAL: COM PREÇOS BAIXOS NO MERCADO DOMÉSTICO, COMERCIALIZADORAS SE MOBILIZAM PARA EXPORTAR

| Broadcast

[Veja a matéria completa clicando aqui.](#)





CURTAS

Rumo ao ACL: Abraceel propõe possibilidade de renovação do contrato de energia no ACR com prazo menor que 12 meses

A Abraceel enviou carta à Aneel pleiteando diminuir as barreiras para os consumidores que querem migrar para o mercado livre em 2024, mas cuja vigência do contrato de energia com a respectiva distribuidora será encerrada no segundo semestre de 2023. O pleito é para que os consumidores possam ter preferência para realizar renovações contratuais no ACR com um período inferior a 12 meses, considerando a dificuldade para atualizar a REN 1.000/2021, que trata deste assunto, em tempo hábil. A título de exemplo, uma unidade consumidora do Grupo A, com demanda contratada inferior a 500 kW no ACR, cuja ciclo de vigência contratual de 12 meses se encerra em 30.10.23, que pretenda usufruir do direito de migrar para o ACL em 01.01.2024, direito estabelecido pela Portaria MME 50/22, ainda que tenha se manifestado contrária à renovação automática com a antecedência de 180 dias, não está obtendo sucesso para celebrar um aditivo contratual no ACR com a distribuidora, contemplando o período compreendido entre 30.10.23 e 31.12.23. Por consequência, a unidade consumidora somente poderia exercer o direito de usufruir do mercado livre, sem o pagamento de multas rescisórias, em 01.11.2024, contrariando, no entender da Abraceel, a intenção da Portaria MME 50/22. Como as negativas aos pedidos dos

agentes têm sido realizadas sem justificativa técnica, o que pode abrir possibilidade para tratamento desigual entre consumidores, a Abraceel solicita a atuação do órgão regulador, de forma a evitar que os consumidores tenham que ficar mais um ano no ACR. Em sua correspondência, a Abraceel também lista outras dificuldades encontradas na migração de consumidores ao mercado livre, reforçando seu pedido de abertura de consulta pública para aperfeiçoamento do processo como um todo, bem como de rápidos esclarecimentos do regulador sobre exigências que extrapolam o disposto na regulação da Aneel. A carta pode ser vista na [área restrita](#) do site da Abraceel, seção Cartas Abraceel.

Abraceel se reúne com CCEE para detalhar proposta de registro de contratos também pelo comprador

No dia 19.04, a Abraceel se reuniu com a CCEE para discutir o novo modelo proposto para registro e validação de contrato pelos participantes de uma negociação. A reunião foi solicitada pela Câmara para compreender detalhes do pleito da Associação, feito na primeira fase da consulta pública sobre o monitoramento de mercado, acerca da possibilidade do registro de compra ser feito, no âmbito da CCEE, também pelo comprador. A Abraceel explicou que a proposta consiste em conferir às duas contrapartes os mesmos deveres e, então, a Câmara apresentou o novo processo de registro de contratos. Nele, tanto comprador e vendedor podem fazer o registro, mas somente a contraparte pode



validá-lo. Assim, caso o comprador faça o registro, somente o vendedor pode validá-lo, e vice-versa. Quanto a ajustes nos contratos, a regra permanece a mesma, sendo aplicável e que poderá ser iniciada tanto pelo comprador quanto pelo vendedor, com validação pela contraparte, após a etapa de validação do contrato.



[Clique na imagem para ver em alta](#)

ANP avança na AIR do comercializador independente de etanol

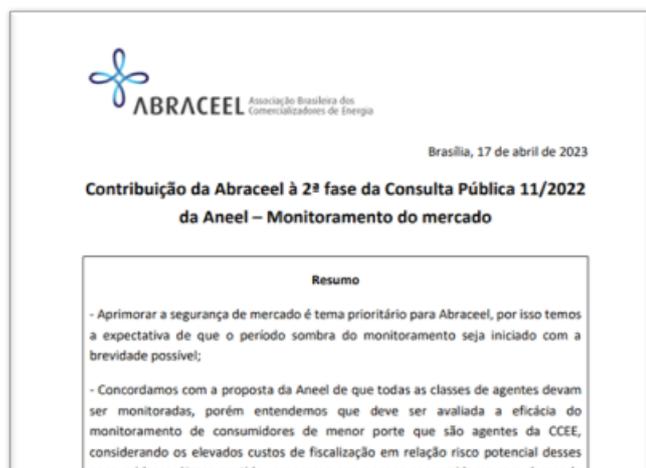
Em 18.04, a Abbraceel se reuniu com o diretor da ANP, Daniel Maia Vieira, para tratar da regulamentação do comercializador independente de etanol. Também participaram o novo Superintendente de Distribuição e Logística (SDL), Diogo Valério, assessores da diretoria e equipe técnica do regulador. A equipe da SDL informou que está elaborando a Análise de Impacto Regulatório (AIR) e que pretende, em breve, apresentá-la ao diretor, que recentemente passou a ser responsável pela área. Diante disso, Daniel Vieira informou que o prazo previsto na Agenda Regulatória deverá ser novamente adiado. Atualmente, a previsão para aprovação e publicação da nova regulamentação é julho de 2023. O diretor também informou que o MME, após se reunir com a Abbraceel,

entrou em contato com a ANP para saber sobre o andamento da questão. Nesse sentido, Daniel Vieira disse que a intenção é avançar, promovendo discussão pública do tema, e que cabe ao regulador definir o melhor desenho de mercado, independentemente de questões tributárias que possam prejudicar a competição de mercado. Sobre isso, aliás, a Abbraceel esclareceu que está atuando no Congresso Nacional para tentar remover a barreira tributária disposta na Lei 14.292/2022, que acabou definindo regime especial de PIS e Cofins apenas para o comercializador vinculado ao produtor. Ao final, a área técnica da SDL questionou a visão da Abbraceel sobre a Instrução Normativa nº 52/2009 do Ministério da Agricultura, que incorpora a definição da empresa comercializadora como sendo aquela vinculada a dois ou mais produtores de etanol. A Associação esclareceu que desconhecia essa Instrução Normativa, se comprometendo a avaliá-la o mais rápido possível. No entanto, apresentou visão preliminar que, assim como na questão tributária, resta claro que a redação da reserva de mercado imposta pela ANP está sendo copiada, sendo urgente a sua revisão. A apresentação realizada pela Abbraceel está disponível na [área do associado](#).

Monitoramento prudencial: Abbraceel envia contribuição final para consulta pública

Em 17.04, a Abbraceel enviou contribuição para a segunda fase da consulta pública 11/2022 da Aneel, sobre o monitoramento prudencial do mercado de energia. No texto, a Associação defendeu que o perío-

do sombra do monitoramento seja iniciado com a maior brevidade possível. Entre diversas propostas, a Abraceel recomendou que apenas consumidores com demanda superior a 3 MW sejam incluídos no monitoramento, considerando os elevados custos de fiscalização em relação ao seu risco potencial; manter o conceito de patrimônio líquido ajustado, em vez do de ativos líquidos, com periodicidade de atualização trimestral; divulgar os resultados do fator de alavancagem, com defasagem temporal, pois será valioso para os próprios agentes avaliarem seus resultados. Com o apoio das consultorias Volt Robotics e Elekto, a Abraceel incluiu na contribuição simulações do fator de alavancagem, concluindo pela consistência dos testes, mas apontando que apenas com os dados do “período sombra” será possível validar a modelagem e parâmetros. A contribuição da Abraceel pode ser lida no [site](#), aba de Contribuições e Notas Técnicas. As contribuições dos demais agentes já foram publicadas na área da Consulta Pública da Aneel.



Tarifa de Itaipu é fixada em US\$ 16,71 / kW

Durante reunião extraordinária do Conselho de Administração de Itaipu ocorrida

no dia 17.04, o Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o Diretor-Geral de Itaipu Binacional, Enio Verri, anunciaram que a tarifa de serviços de eletricidade da hidrelétrica foi fixada em US\$ 16,71 / kW, o que representa uma queda de 19,5% em relação ao preço praticado em 2022, de US\$ 20,75 / kWh, mas aumento de quase 32% em relação à tarifa que havia sido fixada pelo governo brasileiro no final do ano passado e que já vinha sendo aplicada em alguns reajustes tarifários de distribuidoras, de US\$ 12,67 / kW. Vale ressaltar que no final de fevereiro desse ano foi quitada a dívida para a construção da usina, o que permite a redução do custo da energia.

Abraceel contribui para regulamentação da distribuição de biometano em MG

Em 20.04, a Abraceel enviou contribuição à Consulta Pública 37/2023 da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, sobre a regulamentação da distribuição de biogás e biometano por redes estruturantes e/ou redes de gás canalizados no Estado. No texto, a Associação pleiteou que a concessionária de gás deva dar um tratamento isonômico aos usuários, sem aplicar condições diferenciadas para alguns usuários na comercialização de biometano. Além disso, segundo o Decreto 10.712/2021, o biometano terá tratamento regulatório equivalente ao gás natural e, nesse sentido, a Abraceel defendeu que a autorização para comercialização de gás natural também seja suficiente para comercializar biometano. A contribuição pode ser lida [aqui](#).

Governo e setor empresarial criam GT para atuar na ampliação do mercado de gás natural

Os ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), de Minas e Energia (MME), da Fazenda e da Casa Civil, além da Petrobras, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e representantes de produtores independentes decidiram criar um Grupo de Trabalho para atuar na ampliação da oferta e na redução dos preços de gás natural, insumo essencial e estratégico para um programa de reindustrialização do país. A informação foi divulgada durante o Seminário Gás Brasileiro para a Reindustrialização do Brasil, promovido pela Fiesp em 17.04 e que reuniu diversas autoridades. A íntegra do Seminário está disponível [aqui](#).

MME propõe indicadores para acompanhar plano de recuperação dos reservatórios

No dia 18.04, o MME apresentou, para consulta pública, relatório cujo tema é a construção de indicadores para o Plano de Recuperação dos Reservatórios (PRR). Os indicadores globais foram construídos com participação do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MDR), EPE e ONS, sob coordenação do MME, com o objetivo de acompanhar as variáveis que possam refletir o atendimento das diretrizes do PRR, ao longo do período de dez anos. São sete indicadores propostos. O sexto, por exemplo, aborda

se os aprimoramentos nos modelos, sejam eles metodológicos ou de dados de entrada, são capazes de preservar níveis mínimos de armazenamento e proporcionar a elevação estrutural do armazenamento. Segundo o relatório, não é adequado criar uma métrica que compare resultados obtidos pelos modelos e valores efetivamente observados no SIN. A proposta é que sejam avaliadas as diferenças entre a decisão do ONS e aquela fornecida pelo modelo antes e depois do aprimoramento. As contribuições podem ser enviadas até 08.05.

Energy Future disponibiliza pesquisa para entender práticas de mercado



No dia 18.04, a Abraceel participou da terceira reunião do Energy Future para discutir temas relacionados a políticas ESG. Na ocasião, Tatiana Araújo, especialista em sustentabilidade e gestão ambiental, abordou sobre as pautas relacionadas a estratégias ESG (Environmental, Social and Governance), GRI (Global Reporting Initiative), ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e economia circular, todas voltadas ao setor elétrico brasileiro. Além disso, foi disponibilizada uma pesquisa de mercado para entender como as empresas do setor elétrico brasileiro es-

tão adotando práticas ESG e quais são os desafios e oportunidades relacionados a essa questão. Clique [aqui](#) para responder a pesquisa.

Abraceel registra 391 matérias na mídia no 1º trimestre do ano

A Abraceel disponibilizou na [área restrita](#), aba apresentações exclusivas, os relatórios de mídia referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2023. No período, a Abraceel obteve 391 inserções na imprensa, com visibilidade especial em veículos de maior circulação, como Valor Econômico e O Estado de S. Paulo, bem como na GloboNews.

Relatório Anual Abraceel: um guia para o mercado em 2023



A Abraceel reformulou o seu relatório anual para transformar as atividades realizadas no ano de 2022 em um guia para o mercado em 2023. Destaque para as informações referentes aos estudos realizados, contribuições enviadas e posicionamentos feitos em temas relevantes para o setor elétrico. O documento também relembra iniciativas conduzidas pela Associação no ano passado, como a missão internacional para Portugal. Acesse [aqui](#).

Aneel programa assuntos de interesse do mercado em próxima reunião da diretoria

Está na pauta da reunião da diretoria da Aneel que será realizada no dia 25.04 o estabelecimento, em caráter definitivo, da tarifa de repasse da potência contratada de Itaipu Binacional para o ano de 2023, em função da definição do valor definitivo do CUSE para 2023. Outro assunto relevante programado para a reunião é a proposta de medida cautelar para autorizar o não desligamento de agentes que tiveram ajustes de contratos e comprovaram a regularização bilateral.



Ministro Gonçalves Dias, do Gabinete de Segurança Institucional, pede demissão do cargo. Aumenta pressão para instalação da CPMI dos atos do dia 08 de janeiro. Governo entrega projeto do novo arcabouço fiscal ao Legislativo. Ministro de Minas e Energia vai à Câmara no início de maio.

Apesar do feriado amanhã, dia 21.04, a semana foi intensa politicamente. Houve a primeira demissão ministerial de Lula, com a saída do Ministro Gonçalves Dias, após divulgação de vídeo no dia dos atos antidemocráticos de 08.01. O fato aumentou a pressão para a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Há resistência do governo, uma vez que essas comissões podem ser utilizadas como instrumento da oposição para atrapalhar a agenda governamental. Vale destacar que há certa paralisia da pauta desde o início do ano, porque o governo ainda não conseguiu consolidar uma base forte e coesa no Legislativo, o que tem impedido a votação de propostas.

Abbraceel cumpre agenda no Congresso: dando seguimento à agenda de reuniões com parlamentares, a Abbraceel esteve com os deputados Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), Danilo Forte (União-CE), Odair Cunha (PT-MG), Rodrigo de Castro (União-MG), Joaquim Passarinho (PL-PA), Beto Richa (PSDB-PR) e com o senador Laércio Oliveira (PP-SE). Na pauta, o mercado livre de energia, comercializador independente de etanol e a expectativa de avanço da abertura do mercado no Legislativo.



Senado define relator para GD: o PL 2703 de 2022, que prorroga subsídios à geração distribuída, teve o senador Otto Alencar (PSD-BA) nomeado como relator na Comissão de Assuntos Econômicos. O projeto havia sido aprovado na Câmara, mas não avançou no Senado, após trabalho conjunto das associações setoriais para evitar aumentos de subsídios setoriais. Além disso, havia o posicionamento do governo de transição contrário à matéria. Veja [aqui](#).

Hidrogênio em pauta no Senado: a Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde (CEHV) aprovou na última quarta o plano de trabalho para 2023. Na próxima quarta, 26.04, a comissão realizará audiência pública para debater o setor de Hidrogênio Verde e seu papel na descarbonização das economias globais. Confira o plano de trabalho completo [aqui](#).

Explicando a reforma tributária: com expectativa de ser apresentado um texto no dia 16.05, o Governo criou uma [página](#) para explicar o que está em discussão. Ainda está em funcionamento o grupo de trabalho criado na Câmara dos Deputados para debater o tema. A expectativa é que, após a apresentação do relatório, o relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), abra um prazo para sugestões e, posteriormente, a matéria seja deliberada em Plenário.

Ministro vai a Câmara dos Deputados no próximo mês: o Ministro Alexandre Silveira agendou para o dia 03.05 sua ida à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados para debater as propostas e programas prioritários da pasta. A informação foi dada pelo presidente da Comissão, deputado Rodrigo de Castro, no dia 19.04, durante reunião deliberativa do colegiado.

Novo arcabouço fiscal foi entregue pelo Governo: a semana começou movimentada com o evento que marcou a entrega do [Projeto de Lei Complementar 93/2023](#), com as novas metas fiscais do país, para o Poder Legislativo. Junto com a reforma tributária, são as grandes apostas no plano econômico do governo. Ainda sem relator, a expectativa é que seja escolhido um deputado do PP para relatar a matéria, mesmo partido do presidente Arthur Lira, que pretende aprovar a matéria até o dia 10.05.



 **PRÓXIMA
SEMANA**

24.04 - Segunda-feira: Abraceel participa de workshop interno da Procuradoria Federal junto à Aneel sobre segurança do mercado e monitoramento prudencial, às 17h.

25.04 - Terça-feira: Abraceel participa de reunião com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e a associada Migratio para discutir a adequação de regulamento para enquadramento de agentes que atuam na comercialização de gás em SP, às 10h;

Abraceel participa de reunião da associação ibero-americana de comercializadores de energia, às 12h;

Abraceel realiza reunião com a associada Raízen para discutir os limites do PLD, às 14h;

Abraceel participa de reunião do CT PMO PLD para debater restrições hidráulicas, às 15h.

27.04 - Quinta-feira: Abraceel participa de reunião do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), às 10h.

28.04 - Sexta-feira: Abraceel participa de reunião do Conselho de Usuários de Gás, às 14h.